

Dívida do Estado do Rio é avaliada

Publica
■ Governo federal ainda estuda adiar o pagamento de R\$ 11 milhões para 1997

ALEXANDRE PINHEIRO

BRASÍLIA — O governo federal poderá dar um alívio para o Rio de Janeiro, adiando para 1997 o pagamento de R\$ 11 milhões em dívidas que o estado tem com a União e que já foram renegociadas em 1993. Os estudos estão sendo feitos pelo Tesouro Nacional e englobariam o parcelamento de um pagamento de R\$ 22 milhões que o governador Marcello Alencar terá que fazer em dezembro.

A proposta, em discussão no Ministério da Fazenda, prevê o pagamento dos R\$ 22 milhões em seis parcelas. As três primeiras seriam pagas em outubro, novembro e dezembro, mas metade da dívida venceria somente nos três primeiros meses do ano que vem. De acordo com assessores do ministro Pedro Malan, esse parcelamento já foi adotado para outros estados.

O pedido de Alencar para que seja adiado por seis meses o pagamento do empréstimo de R\$ 180 milhões obtido na Caixa Econômica Federal no início do ano é considerado inviável pelo governo. O Tesouro autorizou uma prorrogação por 90 dias do pagamento dos empréstimos de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas o Rio não pode se beneficiar dessa medida porque não compromete mais de 20% das suas receitas com pagamento de dívidas.

O governador do Rio pediu também ao secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, um novo plano de pagamento para esse empréstimo. Marcello considera que os próximos governos também colherão os frutos da sua reforma administrati-

va e que é injusto ele pagar tudo no seu mandato. A avaliação do Tesouro é que não há como prorrogar o vencimento exatamente para não deixar dívidas novas para depois das eleições.

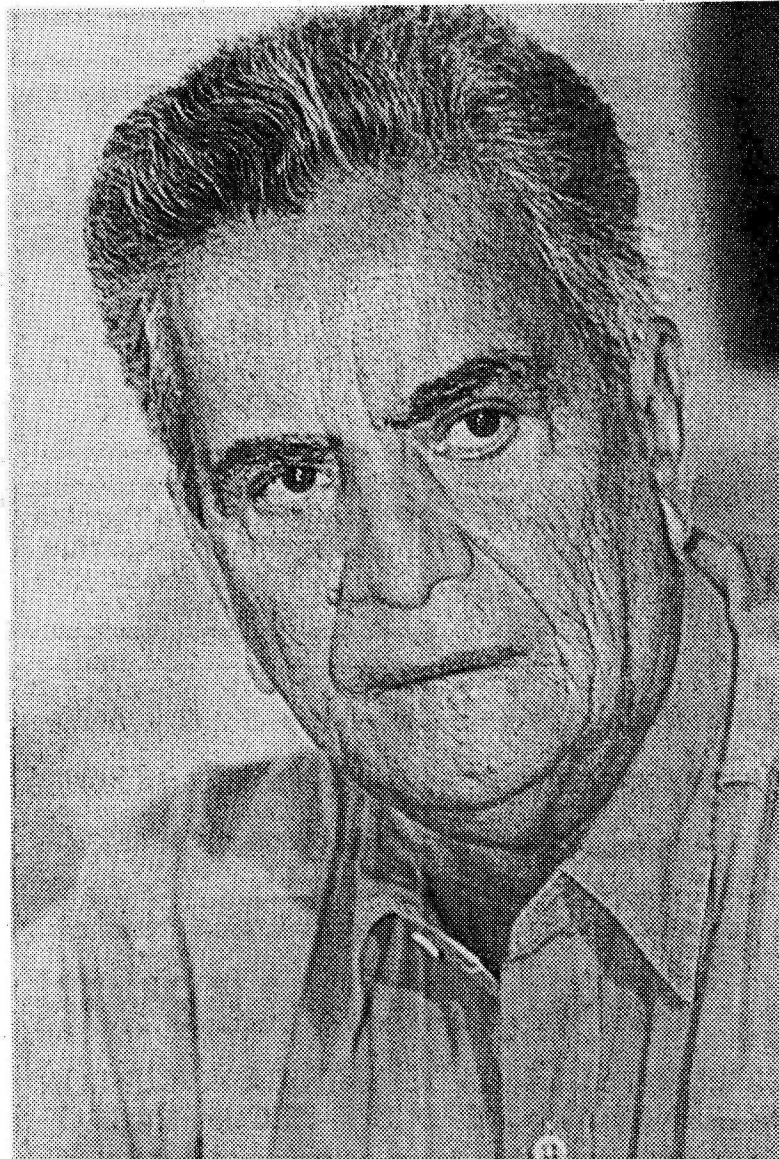
Os pedidos de Marcello Alencar já enfrentam cerrada oposição de políticos de outros Estados. O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), por exemplo, fez um discurso no plenário do Senado condenando possíveis favorecimentos ao Estado do Rio.

Normas — O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, avalia que o governo do Estado do Rio está fazendo um bom esforço de ajuste das contas. Ele ressalta, entretanto, que o governo federal não pretende alterar nenhuma norma já estabelecida para atender os novos pedidos de prorrogação de pagamento apresentados pelos estados.

O governador Marcello Alencar também espera uma posição do Tesouro sobre a renegociação da dívida mobiliária (em títulos), que passa de R\$ 5 bilhões. O Rio depende dessa definição para conseguir liberar um empréstimo de R\$ 300 milhões do Banco Mundial (Bird), que também será usado para a reforma administrativa.

O Ministério da Fazenda estuda uma renegociação global das dívidas em títulos de todos os estados. Uma das propostas para reduzir o crescimento dessas dívidas é reduzir o seu valor global usando dinheiro da venda de empresas estatais. O governo federal exigirá, contudo, que os estados comecem a pagar esses débitos, que hoje não são pagos.

Divulgação — 21/2/96



Para Marcello, próximos governos colherão frutos da atual reforma